

3. A oposição ao autoritarismo e o debate sobre a democracia

Margaret E. Keck

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

KECK, ME. *PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 64-92. A oposição ao autoritarismo e o debate sobre a democracia. ISBN: 978-85-7982-029-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

3. A OPOSIÇÃO AO AUTORITARISMO E O DEBATE SOBRE A DEMOCRACIA

As transições de regime do tipo das que o Brasil passou constituem momentos históricos raros e especiais. São momentos privilegiados para os cientistas sociais precisamente porque, ainda que por um breve espaço de tempo, a interação entre a ação humana e as determinações estruturais torna-se visível, e crenças aceitas sobre os limites do que é e não é possível abrem-se a inesperados desafios. São, portanto, momentos eminentemente **políticos**. A luta política não consiste apenas em uma batalha pelo poder no interior de um campo bem definido, segundo regras bem definidas, mas é também uma luta relativa à forma desse campo e à natureza das próprias regras. Embora certos atores possam possuir predisposições históricas para aceitar ou rejeitar regras escritas por outros, numa transição eles precisam ratificar tais predisposições, **escolhendo**, de forma pública, fazê-lo ou não.

As transições constituem momentos altamente interativos. O contexto de negociação é definido e as questões são colocadas na agenda, simultaneamente ou em sequência, como resultado das relações entre os agentes envolvidos e a experiência histórica que informa sua avaliação da situação. A literatura sobre as transições de governos autoritários estabeleceu uma distinção entre processos de liberalização e de democratização; O'Donnell e Schmitter chamaram o primeiro de um processo de redefinição e extensão de direitos, e designaram o segundo como uma aplicação crescente das regras e procedimentos da cidadania. Esses processos, por sua vez, envolvem duas relações cruciais: uma, entre os ocupantes de funções no regime e os grupos considerados capazes de garantir a transferência de poder que envolve o menor grau de ruptura (para a liberalização); e, a outra, entre os grupos e indivíduos dentro da oposição ao regime autoritário. Esta última é especialmente importante para se pensar sobre a democratização.

Neste capítulo minha preocupação básica estará centrada na segunda relação; obviamente, elas são interligadas, já que as relações intra-oposição se desenvolvem no contexto estabelecido pelo processo de liberalização. O Estado tenta promover alguns grupos e excluir outros. Os opositoristas importantes têm suas próprias estratégias, que podem ser aumento de poder

ou marginalização de novos políticos, ou ambas as coisas em momentos diferentes do processo. As estratégias do Estado e dos agentes sociais mudam em resposta às ações de um e do outro.¹ A maneira pela qual isto ocorreu no Brasil estabeleceu o cenário tanto para o surgimento do Partido dos Trabalhadores quanto para o modo pelo qual ele se relacionou com outras forças políticas e sociais durante a transição.

No Brasil, durante o período de liberalização, membros da elite de oposição, intelectuais, a imprensa e a Igreja Católica incentivaram o surgimento de uma série de movimentos sociais que reclamavam melhorias nas suas condições materiais e, ao mesmo tempo (pelo menos por implicação, dizia-se), o direito de participar dos processos decisórios que afetavam suas vidas. Embora organizações de movimentos sociais urbanos tivessem existido por várias décadas,² nos anos 70 sua presença foi interpretada como parte de um movimento de base ampla na sociedade em favor da democratização.

O movimento operário, que também começou a passar por transformações profundas nesse período, constituía um outro tipo de fenômeno, tendo uma poderosa base institucional própria. A existência de estruturas corporativistas que ligavam o operariado ao Estado significava que as mudanças nas práticas trabalhistas tinham que ocorrer em um ambiente onde o Estado constantemente fazia-se presente — para o operariado, a sociedade civil não era uma esfera de liberdade, mas um espaço inteiramente penetrado por hierarquias de dominação estatal na vida organizacional e pelo poder capitalista no local de trabalho. Assim, a “autonomia”, para o novo movimento sindical, não era um conceito abstrato, mas tinha um sentido claro e concreto. Isso deu um tom específico na sua relação com outros grupos de oposição ao regime; os novos líderes sindicais não estavam dispostos a trocar uma forma de tutela por outra.

¹ Uma discussão das relações dialéticas entre Estado e sociedade se encontra em Maria Helena Moreira Alves, *State and opposition in military Brazil*, cit.; e Alfred Stepan, “State power and the strength of civil society in the Southern Cone of Latin America”, em Peter B. Evans, Dietrich Rueschemeyer e Theda Skocpol, eds., *Bringing the State back in* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985).

² Para uma descrição das associações de moradores em São Paulo nos anos 50 e 60, ver José Álvaro Moisés, “Classes populares e protesto urbano” (tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1978).

No final dos anos 70, intelectuais de oposição, elites políticas e a imprensa, através do seu discurso e dos eventos aos quais escolheram dar ênfase especial, teceram conjuntamente uma poderosa imagem de consenso oposicionista sobre a necessidade da democratização. A “Oposição”, nessa versão ampliada, incluía elites econômicas e políticas dissidentes, a Igreja Católica, movimentos sociais, estudantes e, finalmente, o operariado; sua imagem era, assim, a imagem de toda uma sociedade, da “sociedade contra o Estado”. As diferenças entre esses grupos eram minimizadas em nome da unidade da oposição.

Embora as lideranças sindicais participassem dessa convergência, — elas nunca falaram da “Oposição” com a mesma reverência manifestada por alguns outros grupos que se envolveram no processo. Após a criação do Partido dos Trabalhadores, alguns intelectuais do PMDB afirmaram que Lula fora “criado” pela imprensa em 1977, e que sem a publicidade que lhe foi dada pelos líderes e jornalistas da oposição, ele teria continuado a ser um obscuro jovem sindicalista de São Bernardo. Certamente a imprensa ajudou a fazer de Lula uma figura nacional antes que, por qualquer outro meio, ele tivesse conseguido essa posição. Mas a chave para se entender sua adoção pela imprensa reside no processo interativo de construção da oposição.

A ascensão do “novo sindicalismo” adequava-se às necessidades da oposição política; mais que uma aglomeração de grupos pequenos e relativamente isolados que constituíam os movimentos sociais, o “novo sindicalismo” assinalava a existência de um descontentamento popular massivo e organizado com relação ao regime e representava uma clara prova de que a democratização era necessária para resolver o potencial de conflito social. Havia uma convergência conjuntural entre a necessidade das elites oposicionistas de um impulso de massa e a necessidade de reconhecimento dos novos líderes sindicais; eles ajudaram-se mutuamente. Não obstante, a força desses líderes trabalhistas não se devia somente ao reconhecimento da elite, mas também à sua base organizacional cada vez mais sólida, que se sobrepunha, paradoxalmente, à estrutura sindical oficial que havia servido por tanto tempo para oprimi-los. Manter-se em seus cargos dependia primordialmente de sua capacidade de conservar a lealdade dos membros afiliados à organização. A ação política constituía em grande

parte um meio de ampliar o espaço de negociação para os próprios sindicatos, mais que um fim em si mesma.

Este capítulo não tem a pretensão de debater o desenvolvimento da oposição ao regime autoritário no Brasil em seu conjunto.

Nas discussões sobre a democracia que ocorreram em diferentes níveis nos anos 70, tornara-se cada vez mais claro que, para a maioria dos agentes políticos, as instituições liberais eram o ponto de chegada de uma oposição democrática; para outros, elas eram o ponto de partida. A começar pelo estabelecimento de regras institucionais mínimas, poder-se-ia esperar que surgissem novos pactos e processos democratizantes.³

Não só a forma do processo estava em questão, mas também seu conteúdo. O debate, para a oposição progressista, para os movimentos de base e o movimento sindical, então, emergentes, bem como para a esquerda, tinha muito mais a ver com a maneira pela qual se combinavam esses dois elementos de um processo de democratização — forma e conteúdo — do que com a importância e legitimidade das reivindicações sociais apresentadas. Essa questão, juntamente com uma consciência crescente por parte de segmentos do operariado e de outros movimentos populares da necessidade de se construírem instituições políticas com as quais pudessem se identificar, constituem o pano de fundo para a criação do Partido dos Trabalhadores. Este capítulo e o seguinte irão traçar em linhas gerais o perfil desse debate e de alguns dos agentes que dele participaram, já que a discussão acerca da democracia e da redemocratização em geral acabou por centrar-se cada vez mais na natureza dos partidos políticos que sucederiam o sistema bipartidário criado em 1965.

“Tecendo os fios da sociedade civil”

A decisão do presidente Geisel de promover a liberalização gradual do regime autoritário deu à atividade da oposição nova legitimidade e vigor, permitindo que os agentes sociais e políticos comesçassem, para além dos problemas imediatos que enfrentavam, a considerar as possibilidades para o

³ Esta distinção foi feita por Marcus Faria Figueiredo e José Antonio Borges Cheibub, “A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o quê, quando — inventário de um debate”, *Bib 14*: 38, 1982.

futuro. Durante a segunda metade dos anos 70 surgiu uma grande variedade de movimentos, alguns em torno de reivindicações locais, outros de questões políticas nacionais. Ao mesmo tempo, o partido oficial de oposição, o MDB, começou a usar o sistema eleitoral de modo plebiscitário, convertendo cada eleição, de 1974 em diante, em um voto a favor ou contra o regime militar.

O avanço do MDB nas eleições legislativas de 1974 e no pleito municipal de 1976 convenceu o regime militar de que o quadro eleitoral existente teria de ser modificado, se se quisesse manter sob controle o processo de liberalização. A proibição, estabelecida em 1976, da discussão das questões pelo rádio e pela televisão no horário gratuito de propaganda eleitoral, conhecida como Lei Falcão (Art. 250 do Código Eleitoral, segundo modificação pela Lei nº 6639/76 (art. 1),⁴ não conseguiu abalar o prestígio do MDB, levando os estrategistas do regime a concluir que o sistema bipartidário estabelecido em 1965 já não mais servia ao seu propósito. A construção de instituições liberalizadas para uma democracia limitada exigia a formação de um amplo bloco conservador e o fim do ambiente eleitoral plebiscitário.⁵ Isto significava que Geisel tinha de acabar com os excessos da direita militar e ganhar a confiança dos liberais do MDB. O presidente finalmente conseguiu controlar o Exército, que matou, sob tortura, o jornalista Vladimir Herzog e o metalúrgico Manoel Fiel Filho (outubro de 1975 e janeiro de 1976, respectivamente).⁶ Conquistar aliados na oposição revelou-se uma tarefa mais difícil — mesmo entre as elites que haviam sido beneficiadas durante o regime militar.

A oposição crescente do setor empresarial à política econômica do governo, especialmente ao que considerava como excessivos privilégios concedidos às empresas estatais produziu um debate completo sobre o

⁴ *Legislação eleitoral e partidária* (Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1982), p. 88.

⁵ A melhor discussão da evolução de um contexto eleitoral plebiscitário se encontra em Bolívar Lamounier, “O voto em São Paulo, 1970-1978”, em Bolívar Lamounier, ed. *Voto de desconfiança...*, cit., p. 15-80.

⁶ Bernardo Kucinski, *Abertura, a história de uma crise* (São Paulo, Editora Brasil Debates, 1982), p. 48-50. Sobre a dimensão militar, ver Alfred Stepan, *Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone* (Princeton, Princeton University Press, 1988). O melhor ensaio bibliográfico sobre a liberalização é o de Marcus Faria Figueiredo e José Antonio Borges Cheibub, “A abertura política de 1973 a 1981...”, cit.

estatismo a partir de 1974. Por volta de 1976-77, a oposição empresarial assumiu uma configuração política⁷ e, através de iniciativas como a do Fórum da *Gazeta Mercantil*, começou a transformar a crítica econômica da política do Estado em crítica política da institucionalidade do Estado.⁸ Assim, representantes da comunidade empresarial vieram juntar-se a outros setores de elite da sociedade civil — a Ordem dos Advogados do Brasil, por exemplo,⁹ — na reivindicação do fim do domínio do arbítrio. Embora a identificação dos empresários com a oposição tendesse a diminuir à medida que aumentava a mobilização da classe operária, em meados dos anos 70 ela constituía um poderoso sinal do colapso das bases de sustentação do regime¹⁰ e ajudava a incentivar outros grupos dentro da sociedade civil a expressar suas críticas.

Em 1973, às vésperas da eleição de Geisel para a Presidência, Fernando Henrique Cardoso escreveu sobre a necessidade de se fortalecerem as instituições da sociedade civil. Era um momento estranho para estar comentando tal assunto: a presidência do general Médici, que então chegava ao fim, caracterizara-se como o governo de um dos períodos mais negros de repressão que o Brasil jamais conheceu. Um de seus objetivos tinha sido precisamente destruir qualquer aparência de “instituição” autônoma na sociedade civil, deixando, em seu lugar, uma despolitização generalizada baseada no medo. “Aparentemente”, escrevia Fernando Henrique, “escapam deste quadro sombrio de despolitização, nos limites em que a situação o permite, setores importantes das igrejas — que passaram a atuar como uma espécie de partido do povo de Deus —, segmentos universitários e profissionais (juízes, advogados, jornalistas e mesmo tecnocratas), bem como a militância operária”.¹¹

⁷ Ver Luiz Carlos Bresser Pereira, *O colapso de uma aliança de classes* (São Paulo, Brasiliense, 1978), p. 114-35.

⁸ Fernando Henrique Cardoso, “O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro”, *Dados*, 26 (1): 9-27, 1983.

⁹ Ver Maria Helena Moreira Alves, *State and opposition in military Brazil*, cit., p. 160-8.

¹⁰ Luiz Carlos Bresser Pereira, *O colapso de uma aliança de classes*, cit., p. 127. Para uma discussão extensa da aliança que sustentou o regime, ver Peter Evans, *Dependent development: the alliance of multinational, State, and local capital in Brazil* (Princeton, Princeton University Press, 1979).

¹¹ Fernando Henrique Cardoso, “A questão da democracia”, em Paulo Krischke, ed. *Brasil: do “milagre” à abertura* (São Paulo, Cortez, 1982), p. 114. Publicado originalmente em *Debate e Crítica*, n. 3, Hucitec, 1973.

A sobrevivência de alguma iniciativa política por parte desses setores, argumentava ele, significava que:

Ainda que o curso de um processo como esse seja relativamente lento, ele será certamente mais demorado se não começar já. Não para “pedir” democracia, no sentido de reabertura do jogo de partidos controlados pelo Estado e pelas classes dominantes, mas para criar um clima de liberdade e respeito que permita a reativação da sociedade civil, fazendo que as associações profissionais, os sindicatos, as igrejas, os grêmios estudantis, os círculos de estudo e debates, os movimentos sociais, em suma, exponham de público seus problemas, proponham soluções, entrem em conflitos que são construtivos para o país. Neste contexto, é preciso não esquecer que dentro do aparelho de Estado também será preciso legitimar as divergências construtivas e eliminar as tendências favoráveis à uniformidade pseudoconsensual. (...) *Em poucas palavras: é preciso ir tecendo os fios da sociedade civil* de tal forma que ela possa expressar-se na ordem política e possa contrabalançar o Estado, tornando-se parte da realidade política da Nação.¹² (Grifo da autora)

O processo que Cardoso previu com tal presciência em 1973 percorreu um longo caminho na meia década que se seguiu. A sociedade civil no Brasil foi reativada e fortalecida numa medida considerável. Ao final dos anos 70, o debate político sobre a construção de instituições democráticas, em especial os partidos políticos, refletia uma nova preocupação com a necessidade de incorporar os setores populares à política.

Este processo ocorreu de forma peculiar, que deveria ter uma importante influência sobre todo o processo de transição. Ao invés de desenvolver vínculos formais entre forças oposicionistas cuja natureza e objetivos eram reconhecidamente diversos, os fios da sociedade civil foram tecidos de modo a formar uma poderosa imagem de uma oposição unida — uma **imagem** na qual cada nova forma de protesto constituía uma contribuição para formar uma gigantesca tapeçaria cuja mensagem essencial era a reivindicação da mudança. A falta de vínculos institucionalizados entre as forças sociais e políticas, se fosse percebida de alguma forma pelos agentes envolvidos, não era considerada particularmente importante; o primordial era o crescente consenso da sociedade contra o Estado autoritário.

¹² Idem, *ibidem*, p. 117-8.

O papel dos intelectuais

Os intelectuais desempenharam um importante papel na oposição antiautoritária. Em São Paulo, por exemplo, trabalhando em institutos de pesquisa como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP, e mais tarde o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, CEDEC, e o Instituto de Estudos Sociais e Políticos, IDESP, assumiram como seu encargo o papel de curadores do debate político no Brasil, apesar do fato de não haver praticamente nenhum espaço público onde ele pudesse ter lugar. Esses intelectuais tentaram, pedaço a pedaço, reconstruir o discurso verbal e escrito da sociedade sobre si mesma e, ao mesmo tempo, desempenhar um papel no trabalho de moldar, fundindo-as, as forças que se opunham ao regime militar. Tomaram especial cuidado em discutir e preservar as histórias dos grupos excluídos — o operariado e os movimentos comunitários, por exemplo,¹³ — às vezes ao preço de correrem riscos eles próprios.¹⁴

Preservar a história e um espaço de debate era particularmente importante numa situação em que a censura havia, por anos a fio, estreitado os limites da informação disponível. Os jornais de oposição que tentaram confrontar-se abertamente com o regime em geral foram forçados a fechar, como consequência das perseguições contínuas do censor. Não obstante, outros novos continuavam a ser lançados em seu lugar, e os jornalistas deram provas de extraordinária criatividade e resistência ao tentar levar a melhor sobre os censores. A censura não se limitava a jornais explicitamente oposicionistas, como *Opinião e Movimento*, mas estendia-se também a revistas humorísticas como *O Pasquim* e igualmente à grande imprensa. A censura ao jornal arquidiocesano *O São Paulo* só foi levantada em meados de 1978.¹⁵

¹³ O foco social desse trabalho está resumido nos dois volumes encomendados pela Diocese de São Paulo: Cândido Procópio Ferreira de Camargo et alii, *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, cit.; e Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, eds. *São Paulo: o povo em movimento*, cit.

¹⁴ Em setembro de 1976, o CEBRAP foi alvo de um atentado da Aliança Anticomunista Brasileira, que na mesma época também colocou várias bombas na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Veja a cronologia desses eventos no *Almanaque Abril 1983* (São Paulo, Abril, 1983), p. 38.

¹⁵ Sobre a censura e a reação da imprensa brasileira, ver Joan R. Dassin, “Press censorship and the military State in Brazil”, em Jane Leftwich Curry e Joan R. Dassin, eds. *Press*

O ressurgimento do movimento estudantil

Atuante novamente a partir da segunda metade dos anos 70, o movimento estudantil teve uma influência importante por causa de sua visibilidade. Mas, apesar da onda crescente de protesto estudantil a partir de 1975, os estudantes levaram muito tempo para reconstituir as organizações destruídas em 1968 — em especial a União Nacional dos Estudantes, UNE, que continuara a funcionar precariamente na clandestinidade depois que seu congresso de 1968, realizado em Ibiúna, fora dissolvido pela polícia. A repressão militar e a proibição das organizações estudantis autônomas a partir do final dos anos 60 haviam deixado os estudantes com poucas alternativas para uma ação política legal. Muitos abandonaram as universidades para participar do que, de forma romântica, viam como uma luta armada de libertação nacional,¹⁶ enquanto outros dedicaram-se a atividades culturais. Em meados dos anos 70, embora os grupos esquerdistas ainda fossem importantes nos *campi* universitários, o alvo do radicalismo estudantil havia se deslocado da burguesia para a ditadura. Esse deslocamento devia-se em parte à desastrosa derrota dos grupos guerrilheiros; nele também refletia-se o fato de que, na década compreendida entre meados dos anos 60 e 70, a população estudantil universitária quadruplicara,¹⁷ de tal sorte que o seu sentimento político refletia agora uma seção mais ampla da sociedade.

Apesar dessas mudanças, os militares ainda viam o ressurgimento do ativismo estudantil em 1975 como a revivescência de um perigoso

control around the world (New York, Praeger, 1982), p. 149-86; e Robert N. Pierce, *Keeping the flame: media and government in Latin America* (New York, Hastings House, 1979), p. 23-54. “O Brasil proibido”, *Coojournal*, 4 (59), novembro de 1980, é um suplemento especial desse jornal de Porto Alegre sobre a censura. Sobre a política da liberalização da imprensa, há o estudo de Celina R. Duarte, “The press and redemocratization in Brazil”, texto apresentado no XII Congresso Mundial da International Political Science Association, Rio de Janeiro, 9-14 de agosto de 1982.

¹⁶ Sobre o movimento estudantil na década de 1960 e a opção de alguns estudantes pela luta armada, ver João Quartim, *Dictatorship and armed struggle in Brazil* (London, New Left Books, 1971), e Antonio Mendes Jr., *Movimento estudantil no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1982, Série “Tudo é História”), p. 74-90. Um fascinante relato ficcionalizado deste período está em Alfredo Syrkis, *Os carbonários* (São Paulo, Global, 1980).

¹⁷ No Brasil os alunos matriculados na universidade eram 124.214 em 1964, 425.478 em 1970, 937.593 em 1974, 1.377.286 em 1980, e 1.367.609 em 1985. Dados do IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil* 1981, p. 202; 1987, p. 233.

movimento clandestino. As tentativas de reconstrução das organizações estudantis e a primeira grande greve dos estudantes na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo foram esmagadas. Em 1976, os estudantes conseguiram realizar um congresso nacional, mas decidiram não reativar a UNE por causa da contínua repressão. No ano seguinte, as tensões explodiram: a violenta repressão policial de uma marcha de dez mil estudantes, que causou grande dano material à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, transformou-se em uma *cause célèbre*. Na Universidade de Brasília, a polícia arrancou das salas de aula estudantes acusados de liderar uma passeata. Uma tentativa de realização de um congresso nacional em Belo Horizonte levou a uma operação militar de porte — estradas foram bloqueadas, as entradas da cidade fechadas e 850 estudantes foram presos.¹⁸

A histeria da reação dos militares e da polícia acalmou-se em certa medida após os incidentes de 1977, embora a legislação que proibia qualquer organização estudantil, que não aquelas autorizadas pelo governo, continuasse em vigor. Entretanto, as tropas foram retiradas dos *campi* universitários. Em 1978, formou-se em São Paulo, pela primeira vez em dez anos, a primeira União Estadual de Estudantes, UEE, e, no ano seguinte, em maio de 1979, foi realizado em Salvador o congresso de criação de uma nova União Nacional dos Estudantes, UNE. Seguindo um padrão que deveria tornar-se típico do processo de abertura brasileiro, os estudantes reconquistaram seu espaço público, mas o direito que lhes garantia sua posse ainda não fora legalmente reconhecido.

A Igreja e os movimentos populares

Nunca será exagerado salientar a importância da Igreja Católica ao garantir, nos anos mais difíceis do período autoritário, um espaço de interação e organização, uma rede de comunicações e a defesa dos direitos humanos. Este não é lugar para discutir as raízes históricas e teológicas da posição da Igreja no Brasil.¹⁹ Com a adoção da defesa dos direitos humanos

¹⁸ Bernardo Kucinski, *Abertura, a história de uma crise*, cit., p. 106.

¹⁹ Para uma breve introdução à Teologia da Libertação, ver T. Howland Sanks e Brian Smith, “Liberation ecclesiology: praxis, theory, praxis”, *Theological Studies* 38, mar. 1977. Uma documentação das principais conferências dos bispos latino-americanos encontra-se em José Martins et alii, *De Medellín a Puebla* (São Paulo, Edições Paulinas, 1979). Um dos

e a opção preferencial pelos pobres como princípios para **toda** a Igreja brasileira (obviamente com variações em sua aplicação prática) a Igreja pôde, **enquanto** instituição, confrontar-se com o Estado. Com isso não se pretende sugerir que a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, tenha declarado uma guerra santa contra o regime autoritário. Não obstante, enquanto instituição, ela assumiu posições contra a tortura, a repressão e a opressão econômica e social que eram frequentemente mais fortes que as de suas congêneres em outras partes da América Latina.

A Igreja deu cobertura a um sem-número de iniciativas organizacionais, das quais a mais conhecida foi a das Comunidades Eclesiais de Base, lançadas nas dioceses por todo o Brasil no final dos anos 60, sobretudo após a Conferência dos Bispos Latino-Americanos de 1968 em Medellín, na Colômbia. Através do reexame dos ensinamentos cristãos, muitas comunidades, especialmente em áreas pobres, acabaram desenvolvendo uma crítica social com base na sua experiência imediata.²⁰ Há uma enorme variação nas atividades das CEBs, dependendo em parte da orientação do padre ou religioso por ela responsável — que pode, ou não, participar dos encontros com os membros da comunidade — e também do contexto social no qual funcionam.²¹

Muitos membros das CEBs passaram a se integrar ativamente também em outros movimentos sociais,²² em especial nos movimentos de bairro e no movimento operário. Por exemplo, da Pastoral Operária, em São Paulo, participavam militantes sindicais que também eram membros das

mais importantes documentos da CNBB, “Exigências cristãs de uma ordem política”, está na *Revista de Cultura Contemporânea*, 1 (2): 103-6, jan. 1979. Sobre a história da evolução da “opção preferencial pelos pobres” na Igreja Brasileira, ver Thomas C. Bruneau, *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*, (New York, Cambridge University Press, 1974), e Scott Mainwaring, *The Catholic Church and politics in Brazil 1916-1985* (Stanford, Stanford University Press, 1986).

²⁰ Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Beatriz Muniz de Souza e Antônio Flávio de Oliveira Pierucci, “Comunidades Eclesiais de Base”, em Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, eds. *São Paulo: o povo em movimento*, cit., p. 59-82; e Frei Betto, *O que é Comunidade Eclesial de Base* (São Paulo, Brasiliense, 1981).

²¹ Ver a seção especial de *Novos Estudos Cebrap*, 1 (2): 48-58, abr. 1982.

²² Ver, por exemplo, Ana Maria Doimo, “Social movements and the Catholic Church in Vitória, Brazil”, em Scott Mainwaring e Alexander Wilde, eds. *The progressive Church in Latin America* (Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1989), p. 193-223; e Scott Mainwaring, *The Catholic Church and politics in Brazil 1916-1985*, cit., p. 182-206.

CEBs e que, desde 1976, passaram a concorrer com chapa própria às eleições do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo.²³ Os ativistas sindicais e dos movimentos sociais que participavam das CEBs também colaboraram na organização do apoio da Igreja às greves dos metalúrgicos em 1978-80. A sobreposição de papéis entre os membros dessas distintas organizações era frequente; os vínculos com a Igreja constituíam um componente essencial das redes dos movimentos sociais que se desenvolveram nos anos 70.

Embora as organizações ligadas à Igreja Católica trabalhassem essencialmente em nível local, houve casos em que as CEBs deram início a movimentos mais amplos, no plano regional ou nacional, ou então deles participaram. Um dos mais conhecidos que, nos anos 70, desenvolveu-se a partir das atividades das CEBs foi o Movimento contra a Carestia, iniciado em 1973. Em 1977, esse movimento já tinha apoio em mais de cem bairros na Grande São Paulo, além de contar ainda com o apoio de clubes de mães, da Frente Nacional do Trabalho, de líderes estudantis das universidades de São Paulo, de organizações regionais do MDB, da Associação dos Médicos Sanitaristas, da Pastoral Operária e do Movimento de Mulheres pela Anistia, entre outros. Em março de 1977, uma assembleia reunindo setecentos delegados das CEBs elegeu uma coordenadoria e, com apoio da arquidiocese de São Paulo, propôs-se a fazer um abaixo-assinado com um milhão de assinaturas — tarefa aparentemente impossível. Em agosto de 1978, o documento já contava com 1.300.000 assinaturas. Durante o grande encontro realizado na Praça da Sé em São Paulo, em frente à Catedral, para marcar a conclusão do abaixo-assinado, a polícia investiu contra a multidão com cavalos e gás lacrimogêneo e pouco faltou para que invadisse a própria Catedral. No mês seguinte, uma comissão apresentou o abaixo-assinado ao presidente Geisel, em Brasília. A única resposta do governo foi um comunicado, logo a seguir, denunciando a falsificação de muitas assinaturas no documento.²⁴

²³ Entrevista com Anísio Batista de Oliveira, Pastoral Operária, São Paulo, 18 de outubro de 1982.

²⁴ As descrições do Movimento contra a Carestia basearam-se em Bernardo Kucinski, *Abertura, a história de uma crise*, cit.; no *abcd Jornal*, dez. 1979, p. 13; e em Paul Singer, “Movimentos do bairro”, em Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, eds. *São Paulo: o povo em movimento* (Petrópolis, Vozes, 1980), p. 97-101.

Assim, a Igreja atuava simultaneamente como arena, promotora e protetora dos movimentos contestatórios. Sobretudo nas periferias urbanas, não havia outro espaço de participação e de desenvolvimento de lideranças de base. Quando o incentivo por parte da iniciativa e da liderança leiga era forte, como ocorria nas áreas onde o Movimento contra a Carestia havia começado, as CEBs, os clubes de mães e as pastorais da Igreja constituíam um centro a partir do qual fluíam os quadros para um sem-número de outros movimentos de base. A realização do encontro do movimento na Praça da Catedral, ponto central da cidade, denotava, mais que sua importância logística, um reconhecimento da proteção simbólica e prática que a Igreja ainda oferecia diante de uma ameaça muito real de repressão às reivindicações populares. Na verdade, a partir de então, a praça tornar-se-ia um ponto de reunião tradicional para os grupos dos movimentos (e, posteriormente, também para o PT).

Entretanto, é preciso notar que o papel de cobertura desempenhado pela Igreja Católica, tal como descrito aqui, conscientemente não ia além de uma função agregadora. Nunca houve, por exemplo, uma intenção de criar um partido político com base na Igreja; na realidade, o discurso radical católico colocava sob suspeita os partidos políticos e as instituições em geral. Embora as CEBs e outras organizações ligadas à Igreja realizassem assembleias de delegados em nível regional e nacional, estas não tinham por objetivo centralizar as atividades dos grupos locais. Ao contrário, dava-se (e ainda se dá) uma grande importância à iniciativa e à participação locais, prevalecendo a ideia de que as organizações em níveis mais elevados impediam a participação ativa da base e permitiam a manipulação das reivindicações populares por aqueles cujos interesses encontravam-se em outra parte.²⁵ A organização católica dos movimentos de base promoveu um ethos cujos valores centrais eram a autonomia (em relação ao Estado e aos partidos) e a auto-organização e cuja imagem prototípica era a “caminhada”, a longa marcha do povo de Deus em direção a uma sociedade

²⁵ Scott Mainwaring discute a possibilidade de que este *basismo* das organizações católicas poderia impedir o desenvolvimento das instituições políticas, ao mesmo tempo em que estimulava a participação. Ver o seu *The Catholic Church and politics in Brazil*, cit., capítulo 9. Para uma crítica geral do “basismo” e da política de oposição, ver Fernando Henrique Cardoso, “Regime político e mudança social”, *Revista de Cultura e Política*, 3: 7-26, nov.-jan. 1981, e a discussão que se segue, travada por Carlos Estevam Martins, Célia Galvão Quirino, Maurício Tragtemberg e José Álvaro Moisés, p. 27-47.

mais justa — ou ao reino de Deus. O importante era o processo em si, mais que os seus fins. A ambivalência que daí resultou no que se refere à relação entre a organização das bases e a ação política em níveis superiores, permaneceu desde então característica dos ativistas católicos de base, que levaram consigo, para o interior do PT, esta crença no lugar fundamental da iniciativa local.

O movimento operário

Os ativistas católicos também concentraram-se na organização das bases de sindicatos cujos líderes eram considerados “pelegos”.²⁶ Na área metropolitana de São Paulo, por exemplo, a partir de meados dos anos 70, a Pastoral Operária incentivou a organização de movimentos de oposição sindical no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, em Osasco e, em menor proporção, na região do ABC.²⁷ Também organizaram as bases com o objetivo de criar comissões de fábrica. Na medida em que a legislação existente não permitia a realização de eleições ao nível da fábrica como um todo, essas comissões frequentemente representavam apenas um núcleo de trabalhadores militantes, o que levou outros setores do movimento operário a acusar os sindicalistas católicos de estarem mais preocupados em criar estruturas paralelas do que em ganhar o controle das organizações sindicais.²⁸

Dentre os movimentos mencionados no artigo de 1973 de Fernando Henrique Cardoso, o movimento operário foi um dos últimos a surgir na esfera pública. Algumas razões são apontadas para explicar este fato: o efeito inibidor da legislação trabalhista corporativista; o efeito cautelar da

²⁶ *Pelego*: termo depreciativo comum, que significa “lacaio do ministério do trabalho infiltrado no sindicato”. Literalmente, é uma manta de lã usada entre a sela e o cavalo para reduzir a fricção.

²⁷ A região do ABC compreende os subúrbios industriais de São Paulo onde se localiza a maior parte das grandes fábricas automobilísticas e metalúrgicas. Inclui Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, e em geral também Diadema.

²⁸ Durante este período os sindicalistas católicos relacionaram-se com a Igreja de diferentes maneiras, Mainwaring afirma que a JOC desligou-se cada vez mais da igreja institucional e dos sacramentos, à medida que a sua lealdade para com a classe trabalhadora tornou-se mais forte do que sua filiação religiosa, em forte contraste com as CEBs, que mantêm fortes vínculos institucionais. Ver Scott Mainwaring, “The Catholic Youth Workers’ Movement (JOC) and the emergence of the popular Church in Brazil”, *Working Paper* n. 6 (Notre Dame, Kellogg Institute, University of Notre Dame, dez. 1983).

severa repressão das últimas grandes greves em 1968; a rápida expansão da classe operária urbana a partir da incorporação de migrantes de áreas rurais, que julgavam a pobreza e a exploração em relação ao seu lugar de origem e não em relação às condições de vida urbana em geral; o crescimento do mercado de trabalho nas principais áreas metropolitanas no final dos anos 60 e início da década de 70. Antes de 1978, considerava-se que esses fatores tornavam extremamente improvável o surgimento de um movimento operário num futuro previsível; a falta de lideranças com suficiente vontade de enfrentar o sistema e uma combinação de falta de organização e satisfação relativa, pelo menos nas indústrias avançadas, deveriam manter os operários quietos.²⁹

Entretanto, a hipótese da satisfação relativa foi severamente abalada pelas descobertas de um estudo de fábrica sobre os operários da indústria automobilística na área de São Bernardo, feito por John Humphrey, em meados dos anos 70. Ele demonstrava que, nos setores industriais avançados, a insatisfação com o trabalho era elevada, dada a aceleração dos movimentos e a precariedade das condições de segurança; a pressão financeira das matrizes sobre os gerentes de fábrica forçava-os a manter um índice extraordinariamente alto de rotatividade da mão de obra para conservar um piso salarial baixo.³⁰ Embora o protesto não assumisse uma forma institucional nesse período, ele de fato ocorria com alguma regularidade, sob a forma de operações tartaruga, sabotagem e mesmo ocasionalmente uma greve ao nível de uma única fábrica. No entanto, essas ações não vinham a público e raramente contribuíam para o processo de organização.³¹

²⁹ Há muitos trabalhos históricos excelentes sobre o movimento trabalhista brasileiro. Ver especialmente Kenneth Paul Erickson, *The Brazilian Corporative State and Working Class Politics* (Berkeley, University of California Press, 1977). Para uma discussão da burocratização dos sindicatos, ver Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil* (São Paulo, Hucitec, 1979). Um estudo clássico do estabelecimento do controle estatal sobre os sindicatos em São Paulo é o de Azis Simão, *O sindicato e o Estado* (São Paulo, Dominus, 1966).

³⁰ John Humphrey, *Capitalist control and workers’ struggle in the Brazilian auto industry* (Princeton, Princeton University Press, 1982).

³¹ Para um retrospecto das formas de luta nas fábricas durante esses anos, ver *abcd Jornal*, dez. 1979, p. 3-4.

Embora houvesse amplos sinais de insatisfação no meio operário no início e em meados dos anos 70, a militância operária distinguia-se sob alguns aspectos fundamentais de outras práticas nos movimentos sociais. Ela ocorria num contexto já altamente institucionalizado, e a forma de sua institucionalização era regulada por lei. A organização operária pela base podia desafiar as lideranças sindicais existentes e tentar ganhar o controle dos sindicatos, ou então permanecer em nível de grupos de discussão de fábrica. Entretanto, ela não podia criar uma organização paralela capaz de competir com o sindicato em termos de legitimidade. Um ressurgimento do movimento operário dependia não só da organização “pela base”, mas também da penetração ou da resposta do aparelho sindical que, quer se gostasse quer não, continuava a ser a expressão do movimento operário. Assim, até a campanha de 1977 pela recuperação das perdas salariais e as greves de 1978, discutidas no próximo capítulo, esperava-se que as mudanças no movimento operário aconteceriam de forma muito lenta e a partir de seu próprio interior, através de um aumento do grau de consciência dos trabalhadores, na esperança de construir um movimento operário democrático, que viria a rejeitar as estruturas corporativistas que o atrelavam ao Estado.

Assim, quando Luís Inácio da Silva, o Lula, como será chamado a partir de agora, e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, do qual era presidente, assumiram uma posição de liderança no “novo sindicalismo”, muitos observadores, tanto de dentro como de fora do movimento operário, demonstraram suspeita. Como pensavam que a renovação “legítima” do sindicato seria feita pelas bases, vinda das “oposições sindicais”, não esperavam que um líder, presidente de seu sindicato, viesse a incentivar a democratização e a participação da base ou pressionar pela autonomia sindical. Por outro lado, Lula acreditava que a tarefa mais importante dos militantes operários era conseguir ganhar o controle institucional dos sindicatos, afirmando que as “organizações pela base” nas fábricas tinham pouca representatividade e não faziam sentido em uma situação autoritária. Qualquer líder de fábrica que fosse reconhecido correria um sério risco de ser despedido do emprego; tentar criar uma

organização clandestina iria contra a reivindicação de uma maior participação e de democracia sindical.³²

Portanto, o renascimento do movimento operário surpreendeu a maioria dos observadores — tanto pelo momento em que ocorreu quanto por ter acontecido de forma suficientemente dramática para poder ganhar uma rápida ascendência no processo social e reivindicar um papel de liderança no tecido mais amplo dos movimentos que então apareciam. Esse processo será discutido com maiores detalhes no próximo capítulo. Entretanto, é importante lembrar que os líderes do novo movimento operário baseavam sua reivindicação de legitimidade no fato de terem sido eleitos em seus sindicatos; esta era uma reivindicação mais institucional que ideológica.

A sociedade civil e as instituições políticas

Esta foi, necessariamente, uma introdução breve e altamente impressionista sobre alguns dos tipos de agentes sociais que surgiram no pequeno espaço aberto pela “distensão” de Geisel. À exceção dos vínculos estabelecidos pelos ativistas católicos entre os diferentes tipos de organizações, havia poucas ligações organizacionais.³³ Os líderes operários criavam redes pessoais de relações com quem ocupava posições semelhantes no movimento e tinha a mesma forma de pensar; um certo número de organizações envolveu-se em movimentos orientados por questões específicas, como o Movimento contra a Carestia. Eram raras e frequentemente de curta duração as tentativas de criar redes formais que substituíssem as informais já existentes. Em geral, a articulação entre os diferentes setores de oposição ao regime ocorria através de contatos pessoais entre as lideranças, a partir de questões específicas. A organização era, em geral, local, e nos raros casos em que se construíram vínculos horizontais, como no Movimento contra a Carestia, a falta de objetivos intermediários, que teriam enriquecido o caráter de construção gradual do

³² Muitas entrevistas com Lula em 1978 enfatizam este ponto. Ver, por exemplo, “São Bernardo: uma experiência de sindicalismo autêntico”, entrevista com Luís Inácio da Silva, em *Cara a Cara*, 1(2): 54-66, jul.-dez. 1978, especialmente p. 58-60.

³³ Sobre este ponto, ver Vinicius Caldeira Brant, “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo”, em Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, eds. *São Paulo: o povo em movimento*, cit., p. 9-28.

movimento na luta cotidiana, tendeu a incentivar uma situação em que o próprio movimento se converteu em objetivo; assim, por natureza, ele próprio se autolimitava em termos de duração. Quando o objetivo do Movimento contra a Carestia foi alcançado, os que o haviam apoiado dispersaram-se diante da repressão militar e da recusa de o regime reconhecer a legitimidade do movimento.

Não há nada de extraordinário nisso. Os tipos de movimentos e organizações populares que foram aqui discutidos tinham pouco em comum, à exceção de uma orientação geral no sentido de estabelecer as condições materiais que tornariam possível uma vida mais digna; por isso tinham ainda menos em comum com os grupos de elite da oposição. O que sucedia, pois, com o desejo de Cardoso de ver “tecidos os fios da sociedade civil”? Em que medida as organizações de base emergentes vieram somar-se aos grupos de elite da oposição (industriais, a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil e outros semelhantes)?

Dois exemplos servirão para demonstrar a relação de certo modo contingente e contraditória entre a oposição de elite e a popular. O primeiro foi um movimento organizado em torno de uma única questão, a da anistia. O segundo foi o comportamento do partido político de oposição, o MDB, nas eleições de 1978. Em ambos os casos, membros da oposição de elite tentaram atrair a oposição popular contra o regime, oposição essa que se manifestava no movimento operário e nos outros movimentos sociais. Embora ambos tivessem algum êxito nessa empresa, o mecanismo utilizado para ampliar sua base foi a cooptação dos líderes populares, de modo a que dessem seu apoio ao partido e ao movimento da anistia ou deles participassem. Isto não envolvia nem a criação de uma base popular articulada para a organização, nem o desenvolvimento de vínculos institucionais permanentes entre as organizações.

A campanha da anistia

Começou em 1975, com a formação do Movimento das Mulheres pela Anistia, que recolheu 16.000 assinaturas em apoio a um manifesto em favor da anistia. O movimento tinha um exército compulsório de ativistas nas famílias dos exilados ou dos cassados que haviam perdido seus mandatos no Congresso ou seus empregos em um expurgo, após a subida

dos militares ao poder. Ao final de junho de 1977, segundo as estimativas, 4.682 pessoas encontravam-se nessa situação (incluindo-se aí trezentos professores, quinhentos políticos, cinquenta ex-governadores e prefeitos, bem como diplomatas, sindicalistas e servidores públicos); cerca de dez mil brasileiros foram exilados durante algum período do regime militar.³⁴

Em fevereiro de 1978, o movimento ampliou-se com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia, CBA. Mesmo a OAB, que inicialmente fora reticente em abordar a questão, passou a integrar o Comitê. A organização do CBA coincidia com as revelações acerca da morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog e com greves de fome de prisioneiros políticos. Em outubro de 1978, numa decisão pioneira, um juiz do Tribunal Federal em São Paulo determinou que o governo era o responsável pela prisão ilegal e tortura de Herzog no quartel-general do DOI-CODI em São Paulo. Ao final de 1978, apesar de algumas divisões internas, a campanha da anistia converteu-se na principal campanha da oposição.

Entretanto, tratava-se de uma campanha cujo sentido imediato era mais importante para a elite de oposição, já que a grande maioria dos que haviam sido cassados ou exilados vinha de famílias de elite. Pressionado a manifestar-se quanto ao seu grau de apoio à anistia política, em entrevista ao *Pasquim*, Lula declararia:

Sou a favor, só que me coloco na minha situação: sou pela anistia da classe trabalhadora, que é quem realmente merece perdão. Nem perdão, merece é liberdade. Sou contra qualquer cidadão estar preso por demonstrar sua ideologia política, mas também acho que a classe trabalhadora é uma eterna prisioneira. Ao invés de pedir anistia pra poucos, prefiro pedir pra toda a classe trabalhadora, entende. Um homem que levanta às quatro e meia da manhã e dorme às dez horas da noite para ganhar Cr\$ 3.000,00 [cerca de dois salários mínimos] é um eterno presidiário. (...) Resolvendo apenas o problema dos cassados, os trabalhadores ficarão do mesmo tamanho: f... e mal pagos. Como sempre estiveram. Os cassados um dia já tiveram liberdade.³⁵

³⁴ *Coojournal*, jul. 1977.

³⁵ Entrevista com Luis Inácio da Silva, *Pasquim* (24-31 mar. 1978), republicada em Luis Inácio da Silva, *Lula: entrevistas e discursos* (Guarulhos, O Repórter de Guarulhos, 1981), p. 35.

Os sentimentos expressos por Lula nessa entrevista refletiam uma importante divisão entre a oposição ao regime integrada pelas elites e os movimentos de base, juntamente com o movimento operário. Lula e outros líderes dos movimentos sociais apoiavam a anistia, participavam de manifestações e nelas falavam em seu favor. Mas eles queriam ampliar o alcance da questão, argumentando que o movimento da anistia dava muita atenção à volta dos exilados e à restauração de direitos de que os trabalhadores nunca gozaram, mas não cuidava o suficiente das questões sociais. O potencial de tensão entre os que davam ênfase aos direitos políticos e os que salientavam as questões socioeconômicas já era evidente na campanha da anistia; ela aumentaria ao longo do processo de democratização.

A ampliação do MDB

A reconstituição de um sentimento oposicionista, tanto entre as elites quanto nos setores populares, ocorreu inicialmente fora do partido “oficial” de oposição; este tinha chegado a um ponto tal de descrédito durante o governo Médici que alguns de seus membros eram favoráveis à sua dissolução. Mas, com o início da distensão de Geisel e o afrouxamento de algumas das restrições na campanha para as eleições legislativas de 1974, a ausência de qualquer outra instituição agregadora levou a uma renovação do MDB. De início, isto se manifestou mais no aumento vertiginoso do número de votos para o partido nas eleições de 1974 que no aumento dos quadros partidários; até 1974, havia mais vagas que candidatos para preenchê-las.³⁶

Ao apresentar seus candidatos para as eleições de 1978, o MDB não procurou necessariamente membros do partido, mas sim quem tivesse grande popularidade, um bom potencial para conquistar votos: estudantes, sindicalistas, jornalistas e outros líderes populares. O partido também decidiu apresentar Fernando Henrique Cardoso, um dos mais conhecidos intelectuais da oposição, como um segundo candidato para o Senado, aproveitando a opção da sublegenda.³⁷ A decisão de Cardoso de concorrer

³⁶ Fernando Henrique Cardoso, “Partidos Políticos”, em Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant, Eds. *São Paulo: o povo em movimento*, cit., p.192.

³⁷ Utilizando a sublegenda, um partido podia apresentar até três candidatos para um cargo. O total dos votos determinava o partido vencedor; dentro deste, o candidato mais votado assumia o cargo.

era motivada pelo desejo de ver o MDB assumir posições mais fortes sobre as questões sociais e promover uma maior participação popular.³⁸

A escolha pelo MDB de candidatos ligados às bases, muitos dos quais chegaram a se eleger, representava um potencial para uma vinculação mais estreita do que a existente até então entre o partido e os movimentos sociais. Não obstante, esses puxadores de voto das bases não tinham qualquer controle sobre a máquina partidária, e muitos dos movimentos sociais dos quais eram originários ainda consideravam o MDB como parte da ordem autoritária. Aos seus olhos, os partidos apareciam no momento das eleições, faziam promessas e depois desapareciam; as organizações partidárias geralmente dissolviam-se entre as eleições, sem absorver aqueles que haviam mobilizado.

A campanha de Cardoso para o Senado tentou utilizar-se de recursos e de grupos que até então não haviam sido atraídos pelo MDB: artistas, cantores, líderes políticos vítimas de expurgo dos militares, estudantes, intelectuais, bem como os sindicatos. O suplente de Cardoso, Maurício Soares de Almeida, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, significava uma escolha importante do ponto de vista do movimento operário. Além disso, Cardoso trouxe líderes sindicais combativos para as discussões da estratégia da campanha. Lula qualificou-o publicamente como uma “reserva moral” da sociedade, e o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo foi para as portas das fábricas fazer campanha para Cardoso. Este tentou também vincular sua campanha à de outros candidatos populares que mantinham ligações com a Igreja, com os estudantes e assim por diante.³⁹

Embora o MDB não se transformasse em uma organização popular e de massa, nem seu aparelho mantivesse uma relação permanente com as organizações dos movimentos sociais, foi importante que se elegessem

³⁸ Fernando Henrique Cardoso, em “As opções políticas dos empresários”, III Ciclo de Debates Patrocinado pelo Grupo Casa Grande, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1978, publicado em Alfredo Bosi et alii, *Conjuntura nacional* (Petrópolis, Vozes, 1979), p., 126-7.

³⁹ Sobre a campanha para o Senado de Fernando Henrique Cardoso, ver Shiguenoli Miyamoto, “Eleições de 1978 em São Paulo: a campanha”, em Bolivar Lamounier, ed. *Voto de desconfiança...*, cit., p. 117-72. As informações sobre a campanha em São Bernardo vêm de uma entrevista feita em São Paulo, em 29 de novembro de 1982, com Devanir Ribeiro, que na época da campanha era dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

como seus representantes alguns candidatos que podiam fazer a ponte entre os dois. No mínimo, eles aumentaram a visibilidade das organizações e das campanhas ligadas aos movimentos de base, aumentando o seu acesso ao espaço público⁴⁰.

Portanto, a “Oposição” era menos uma organização que uma ideia. Ela representava uma imagem poderosa de convergência social, mas não dependia de nenhuma forma particular. Era uma imagem de consenso, sobreposta a uma sociedade caracterizada por uma terrível estratificação social e uma multiplicidade de visões do futuro. Por ser capaz de atrair os votos desse eleitorado tão diverso, o MDB era talvez a única organização suficientemente flexível; no entanto, ele o fazia como parte de um sistema bipolar que tinha seus dias contados. Além disso, para muitos brasileiros, ele continuava sob suspeita, por causa de sua origem enquanto partido oficial de oposição do regime militar. Sendo o voto compulsório, havia apenas duas escolhas efetivas — sim ou não, ARENA ou MDB, regime ou oposição. Ao pensar no futuro, sim ou não, não era o bastante.

O debate sobre os novos partidos políticos

Em 1978, a previsão de uma reforma na legislação sobre os partidos políticos estimulou um debate generalizado entre os intelectuais da oposição sobre os tipos de novos partidos políticos que melhor contribuiriam para estender e aprofundar a democratização no Brasil. Dentre os participantes dessa discussão estavam intelectuais que terminariam por ajudar a fundar o Partido dos Trabalhadores — como Almino Afonso, um dos mais ativos promotores dessa questão, antigo deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, e Ministro do Trabalho na presidência de João Goulart. Almino Afonso passara doze anos no exílio durante o regime militar, voltando para o Brasil em 1976. Para impedir o ressurgimento do populismo, ele defendia a necessidade de um partido popular, nacional e democrático, com uma visão do socialismo no horizonte

⁴⁰ Sobre o MDB e os movimentos sociais nas eleições de 1978, ver Fernando Henrique Cardoso, “Partidos políticos”, em Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, eds. *São Paulo: o povo em movimento*, cit., p. 177-206, e Maria Helena Moreira Alves, *State and opposition in military Brazil*, cit., p. 141-68. O artigo de Cardoso contém também uma descrição fascinante do funcionamento interno do MDB. Uma coletânea de artigos sobre as eleições de 1978 se encontra em Bolivar Lamounier, ed. *Voto de desconfiança...*, Cit.

e uma estrutura verdadeiramente democrática e participativa. Em vez de ser manipulado por líderes políticos que representavam outras classes, o povo e a classe operária estariam no interior do partido, participando de suas lideranças e suas decisões.⁴¹ Em 1978, a primeira fase da reforma da legislação sobre os partidos políticos forçou os membros da esquerda socialista e não socialista a procurar pontos de possível unidade. Além da proposta de Almino de um partido popular, as opções discutidas incluíam uma revivescência do PTB, uma frente popular, a formação eventual de um partido dos trabalhadores e a manutenção do MDB como uma alternativa que continuava a ser viável. O debate sobre os novos tipos de partidos que deveriam ser considerados incluía questões (1) sobre as intenções do regime ao mudar o sistema partidário e as oportunidades existentes no interior das estruturas legais vigentes ou eminentemente prováveis; e (2) sobre as prioridades sociais e políticas de um novo partido (ou partidos).

Havia certamente fortes razões para se temer que o regime e as elites tradicionais manteriam o processo de reforma sob controle estrito. O “pacote” de abril de 1977 destinava-se explicitamente a retardar o avanço aparentemente irrevogável do MDB.⁴² A “missão Portella” — uma série de conversações com os líderes da oposição (entre os quais políticos do MDB, líderes da OAB, membros da Igreja Católica e dos sindicatos, entre outros) empreendidas pelo ex-ministro da Justiça e presidente do Senado, Petrônio Portella — levou o governo à conclusão de que a divisão da oposição era uma possibilidade real.⁴³

O “pacote” da reforma, longamente esperado, saiu em outubro de 1978 sob a forma da Emenda Constitucional nº 11 e deveria entrar em vigor em 1º de janeiro de 1979. O “pacote” restaurava um certo número de

⁴¹ Ver a entrevista com Almino Afonso feita por Augusto Nunes e Jorge Escoteguy, “O diálogo merece respeito”, *Veja*, 29 mar. 1978, p. 3-6. Veja também as afirmações de Almino republicadas em Bosi et alii, *Conjuntura nacional*, cit., p. 46-50, 55-6. Este livro republica uma série de debates de abril-junho de 1978, nos quais proeminentes cientistas sociais, líderes políticos e dirigentes de importantes movimentos sociais discutiam uma série de problemas da transição democrática, desde reforma partidária até reforma agrária, política nuclear e legislação trabalhista.

⁴² Para uma boa descrição do “pacote” de abril, ver Maria Helena Moreira Alves, *State and opposition in military Brazil*, cit., p. 148-51.

⁴³ Ver José Álvaro Moisés, *Lições de liberdade e opressão* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982), p. 51-3.

direitos políticos e civis, inclusive o *habeas corpus*, e revogava todos os Atos Institucionais e Complementares.⁴⁴ Entretanto, algumas medidas arbitrárias continuavam em vigor: o direito de o presidente promulgar decretos-leis sobre questões financeiras e restrições das prerrogativas do Congresso em questões orçamentárias; o Decreto-Lei nº 477, que proibia a atividade política nas universidades; a lei antigreve; e a “lei da inelegibilidade”, que impedia alguém de apresentar-se como candidato para cargos políticos ou sindicais, por exemplo, se já tivesse tido seu mandato revogado. Além disso, o presidente conservava amplos poderes de “salvaguarda” para restaurar o governo arbitrário pela declaração do Estado de Emergência. A outra “salvaguarda” havia sido votada em agosto de 1978, quando a Lei de Segurança Nacional fora ampliada de modo a incluir em sua lista de crimes contra a nação todas as greves de empregados públicos, inclusive nos bancos.⁴⁵

O artigo 152 do “pacote” da reforma, que tratava da formação de novos partidos políticos, era ambíguo. Geisel relutava em dismantlar de uma só vez todo o sistema partidário de 1965; em vez de dar um passo definitivo, ele simplesmente afrouxara um pouco as regras. Segundo o artigo 152, um novo partido poderia ser formado provisoriamente por 10% dos representantes de cada casa do Congresso. Os novos partidos teriam existência definitiva se conquistassem 5% dos votos para o Congresso, distribuídos entre pelo menos nove estados da federação, com 3% dos votos em cada um deles. Esperava-se que a ARENA permanecesse igual, e que o MDB fracionar-se-ia em diversos partidos. Entretanto, estava claro, a partir da estipulação de que os partidos deveriam ser compostos por membros do Congresso, que a intenção era que os partidos se formassem de cima para baixo.

Alguns participantes do debate acreditavam que outras formas de organização política fundamentalmente nova eram necessárias e possíveis. O cientista social José Álvaro Moisés, por exemplo, argumentava que, sem

⁴⁴ Sobre o “pacote”, ver “Emenda Constitucional nº 11”, *Constituição da República Federativa do Brasil* (Brasília, Câmara dos Deputados, Centro Gráfico, 1981), p. 178-85. Para uma discussão do “pacote”, ver Maria Helena Moreira Alves, “The formation of the National Security State”: the State and the opposition in military Brazil (tese de doutoramento, Massachusetts Institute of Technology, 1982), p. 635-41.

⁴⁵ Ver Bernardo Kucinski, *Abertura, a história de uma crise*, cit., p. 91-5.

novos tipos de partidos capazes de realizar a intermediação política, a base da autoridade só poderia ser coercitiva.⁴⁶ Embora a oposição tivesse crescido de maneira impressionante com o avanço eleitoral do MDB a partir de 1974, ela ainda se definia essencialmente pela sua negação ao regime militar, ou pelas referências abstratas à Assembleia Constituinte, às liberdades democráticas ou à liberdade sindical. Faltava ao MDB um projeto que tivesse ressonância na vida e na experiência cotidiana do povo.

Em vez de dizer simplesmente “liberdade sindical”, era importante discutir “os caminhos pelos quais os trabalhadores possam se constituir em agentes políticos, de tal forma que venham a ser a garantia, propriamente, desta democracia que estamos advogando”.⁴⁷ Para Moisés, isto requeria um programa socialista popular, descentralizado e internamente democrático, capaz de considerar a construção do socialismo como uma pedagogia ou uma guerra de posição, e não como um simples assalto ao poder.⁴⁸

Por sua vez, o sociólogo Francisco Weffort procurava demonstrar que a ausência de partidos claramente enraizados na sociedade tornava difícil esclarecer diferentes interpretações da relação existente entre as reivindicações institucionais (de democracia) e as demandas socioeconômicas.⁴⁹ O argumento de Weffort defendia uma visão pluralista da relação entre partido e classe, reconhecendo, em primeiro lugar, que poderia existir mais de um partido organizado com referência a um grupo social determinado e, em segundo, que os partidos existiam não só com relação ao Estado, mas também com relação a outras formas de expressão da classe social. Essas relações só poderiam ser destrinchadas na prática pelos partidos que se formassem; elas não podiam ser resolvidas *a priori*.⁵⁰

Moisés e Weffort apoiavam a criação de um partido democrático, popular e socialista, e tornaram-se membros fundadores do PT. Outros

⁴⁶ Ver as declarações de José Álvaro Moisés, no debate publicado como “Novos partidos políticos: as tendências das oposições”, *Contraponto*, 3 (3): 11-6, ago. 1978.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 14.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 15-6.

⁴⁹ Francisco Weffort, em “A crise política e institucional”, *Revista de Cultura Contemporânea*, 1 (p. 55, jan. 1979). Este artigo é uma transcrição de um debate sobre a crise política brasileira, realizado no CEDEC em 27 de abril de 1978.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 57-8. Para outras reflexões do mesmo teor, ver Francisco Weffort, *Por que democracia?* (São Paulo, Brasiliense, 1984).

setores da esquerda defendiam um partido declaradamente socialista, a começar pela organização de uma tendência socialista no interior do MDB. No debate sobre os novos partidos publicado em *Contraponto*, Júlio Tavares, da Convergência Socialista, afirmava que, embora os trabalhadores fossem os responsáveis pela mudança, seria necessário conquistar mais espaço antes que um verdadeiro partido socialista de massa pudesse constituir-se. A “Tendência Socialista”, do MDB do Rio Grande do Sul, manifestava a esperança de que uma coalizão de operários, estudantes e intelectuais evoluiria em direção à construção de um partido operário independente. Entretanto, outras organizações de esquerda, inclusive o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil, PC do B, de tendência maoísta, consideravam prematura a discussão sobre um partido socialista ou operário, enfatizando a necessidade de manter uma frente ampla antiautoritária.⁵¹

Outros participantes do debate mostravam-se mais otimistas sobre a possibilidade de utilização das organizações políticas existentes. No final de 1978, influenciado pela experiência de sua campanha para o Senado, Fernando Henrique Cardoso começou a defender a ideia de que o MDB era, de fato, aquele partido popular sobre o qual vinham discutindo. Por mais amorfo que estivesse no momento, já contava com o apoio dos setores populares e constituía um grupo em torno do qual os futuros partidos poderiam organizar-se. Permanecer fora do MDB, afirmava, era facilitar as coisas para o “Partido da Ordem”.⁵² Cardoso fazia objeção à ideia de um partido dos trabalhadores baseado no fato de que os que propunham sua criação reduziam as relações sociais às relações no local de trabalho (ignorando a história das relações de classe no Brasil, onde o operariado e o mercado de consumo de massa haviam-se formado essencialmente ao mesmo tempo), ou então acreditavam que a verdadeira ação popular só era possível “fora da política”, nas organizações comunitárias de base. Essas ideias, acreditava ele, eram uma receita para a marginalidade política.⁵³ Logo depois de Cardoso ter feito sua escolha, Almino também entrou no

⁵¹ Este ponto de vista foi expresso por Raimundo de Oliveira, no debate publicado como “Novos partidos políticos: as tendências das oposições”, *Contraponto*, 3 (3): 18-9, set. 1978.

⁵² Fernando Henrique Cardoso, em “Novos partidos políticos: as tendências das oposições”, *Contraponto*, 3 (3): 25, set. 1978.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 26. Fernando Henrique Cardoso desenvolve este ponto sob um prisma mais teórico em “Regime político e mudança social”.

MDB, pretendendo ganhar apoio dos membros da “tendência popular” para a sua proposta.

Outro importante elemento na discussão sobre os novos partidos foi a volta do exílio em 1979 de Leonel Brizola, companheiro de lutas do presidente Goulart, líder da esquerda do PTB antes do golpe de 1964, governador popular no Rio Grande do Sul e deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em meados dos anos 70, ele trabalhava entre os brasileiros no exílio na organização de um núcleo de um novo PTB. Apoiado pela socialdemocrata alemã, Brizola e outros interessados na reorganização do PTB insistiam em que o trabalhismo tinha uma identidade independente do populismo com o qual o partido por muito tempo fora identificado e combinava uma ideologia nacionalista com a ênfase dada à justiça social.⁵⁴ Brizola procurava construir uma aliança nacionalista, progressista e pluriclassista, afirmando que a classe operária tinha uma organização muito débil para ser capaz de mostrar uma iniciativa importante. Esperando pela desintegração do MDB na esteira da reforma partidária, Brizola pensava que o peso histórico do nome do PTB ajudaria a atrair seus setores progressistas.

A única coisa sobre a qual concordavam os participantes do debate sobre as formas adequadas de organização era que os operários e outros setores populares, especialmente os ativistas dos movimentos sociais, tinham de ser incorporados a um partido político ou a mais de um. Embora as avaliações acerca do papel e da capacidade das classes populares cobrissem um espectro amplo de opinião — desde a sua caracterização como agentes de democratização, devido ao seu interesse especial nos direitos associados aos resultados da democracia (Cardoso e, em certa medida, Almino Afonso), passando pela ideia de que eram agentes da transformação socialista (Convergência Socialista e outros pequenos grupos de esquerda), para chegar à sua representação como participantes de mobilizações de massa em larga escala (Brizola e os trabalhistas) — todos atribuíam um papel central à vinculação das reivindicações socioeconômicas às demandas institucionais.⁵⁵

⁵⁴ Cybilis da Rocha, em “Novos partidos políticos: as tendências das oposições”, *Contraponto*, 3 (3): 40-1, set. 1978.

⁵⁵ Para uma discussão teórica do hiato entre os dois tipos de exigências, ver Juan Carlos Torre, “Esquema para a análise dos movimentos sociais na América Latina”, *Revista de*

No momento em que ocorria essa discussão inicial, era extremamente difícil vincular ambas as reivindicações; em sua maior parte, a discussão era sobre os setores populares no abstrato. Os movimentos sociais, embora cada vez mais visíveis, tinham uma organização muito fraca. A Campanha de Reposição das Perdas Salariais de 1977, discutida no próximo capítulo, havia demonstrado que os novos líderes operários estavam encontrando formas criativas de luta e começando a romper com a tradição do peleguismo, mas não havia ainda nenhum sinal público de que tivessem uma audiência de massa significativa entre a classe operária. Nessas circunstâncias, segundo Cardoso, o papel dos intelectuais era “modesto” e consistia em “tentar formular, de uma maneira aceitável para esses grupos [do movimento social], aquilo que já está implícito na ação deles”.⁵⁶ Naturalmente, o problema estava em como interpretar o que estava implícito, e em saber se o ato da interpretação deveria ser levado a cabo desconsiderando esses grupos ou em diálogo com eles. A “interpretação” podia variar colorida pelas diferentes avaliações sobre as oportunidades, dadas as posições relativas de poder dos militares e das organizações de oposição sobre o potencial político dos novos movimentos de base e do movimento operário e, finalmente, sobre o sentido e o valor de formas alternativas de organização. A formulação de Gramsci acerca do papel do intelectual orgânico, da qual se aproxima muito a afirmação de Cardoso, era bem clara nesse ponto, considerando que existiria uma relação orgânica:

... se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais das massas, e se tivessem compreendido e tornado coerentes os princípios e os problemas levantados pelas massas em sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. A questão colocada aqui era aquela à qual já nos referimos, a saber: um movimento filosófico é adequadamente assim chamado quando se dedica à criação de uma cultura especializada no interior de grupos intelectuais restritos, ou antes quando, e somente quando, no processo de elaboração de uma forma de pensamento superior ao “senso comum” e coerente num plano científico, ele nunca se esquece de permanecer em contato com a massa das pessoas comuns e na verdade encontra nesse contato a origem dos problemas que se

Cultura Contemporânea, CEDEC, 1(2): 67-74, jan. 1979; ver também, no mesmo número, o debate “A crise política e institucional”, p. 44-66.

⁵⁶ Fernando Henrique Cardoso, citado em Alfredo Bosi et alii, *Conjuntura nacional*, cit., p. 116.

propõe a estudar e a resolver? Somente através desse contato uma filosofia torna-se “histórica”, purifica-se de elementos intelectualistas de caráter individual e transforma-se em “vida”.⁵⁷

As grandes greves de 1978 e 1979 mudaram o contexto do debate. Elas produziram novos vínculos entre os líderes operários combativos e deram a impressão de que existia uma base operária massiva e mobilizada, desejosa de mudanças. O problema que Cardoso colocara, sobre a interpretação do que está implícito na ação dos grupos sociais, já não era mais apenas uma questão a ser debatida entre os intelectuais; em vez disso, ela tornara-se um assunto a ser negociado entre grupos cada vez mais organizados. Muitos líderes operários já não mais queriam deixar o ato de interpretar aos outros — desejavam criar uma oportunidade, em termos organizacionais, para que os trabalhadores pudessem falar por si próprios. O próximo capítulo discutirá o crescimento da nova militância no movimento operário e a concretização do projeto de formação do Partido dos Trabalhadores.

⁵⁷ Antonio Gramsci, *Selections from the prison notebooks*, editado e traduzido por Quentin Hoare e Geoffrey Nowell Smith (New York, International Publishers, 1971), p. 330.